



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

LANÇAMENTO DO PROGRAMA QUINQUENAL INTERAMERICANO DE ALFABETIZAÇÃO

Palácio do Itamarati
Brasília, DF
25 de novembro

«A alfabetização é indispensável para que o País possa crescer saudavelmente, reduzindo ao mesmo tempo os desequilíbrios internos e a desigualdade entre os indivíduos.

15 de novembro — O PMDB vence as eleições em todo o país, graças ao prestígio do Presidente Sarney e do Plano Cruzado. O Governador Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, vê seu candidato, Darcy Ribeiro, derrotado para Moreira Franco. Outros governadores eleitos: Orestes Quércia (SP), Newton Cardoso (MG), Pedro Simon (RS), Miguel Arraes (PE), Álvaro Dias (PR), Tasso Jereissati (CE) e Waldir Pires (BA), dentre outros. O PMDB ganha em 22 dos 23 estados, faz 260 cadeiras na Câmara, e 44 das 49 em disputa ao senado. A vitória obrigará a um reequilíbrio da Aliança Democrática, com mudanças do Ministério.

21 de novembro — O Presidente José Sarney pede definição final sobre a duração do seu mandato.

— O governo dá conhecer novo plano de estabilização econômica: o Plano Cruzado II. Há o aumento nos preços de serviços públicos e bens de consumo; o fechamento de empresas públicas deficitárias, como o BNH; a desindexação total da economia; mudança no índice de cálculo da inflação; desvalorização diária do cruzado; nova política salarial; incentivos fiscais e estímulo às exportações e cortes nos gastos públicos. O Ministro Funaro afirma «procuramos defender quem ganha até cinco salários mínimos».

23 de novembro — *Economista do PMDB afirma que as eleições adiaram correções no Plano Cruzado, pois o governo precisava de forte apoio político para negociar a dívida externa.*

Um conhecido mestre brasileiro comentava no final dos anos vinte as estatísticas sobre o analfabetismo no Brasil:

Estes «são números que choram», dizia.

Cerca de sessenta por cento da população brasileira eram então analfabetos.

Muito foi feito nas últimas décadas. Realizaram-se campanhas oficiais e particulares, de algumas das quais participaram a UNESCO e a OEA.

Apesar desses esforços, a Nova República tem triste herança: 21% de analfabetos — quase 20 milhões de pessoas que não sabem ler ou escrever. A taxa de analfabetos no Brasil é superior à da média da América Latina. E no Nordeste ela é uma das mais elevadas. São níveis inaceitáveis, que estamos empenhados em reduzir, através do Programa Educação para Todos e da Fundação Educar.

Compareço a esta solenidade tomado de esperança. Não quero realimentar velhas ilusões. Mas não precisamos perder o realismo para afirmar que o Brasil está decidido a ingressar no século XXI com um povo alfabetizado.

E nosso trabalho nesse sentido mostrará resultados em pouco tempo. No final do quinquênio da alfabetização nas Américas, programa lançado pela OEA, os números demonstraram nossa vitória contra a ignorância.

O Brasil deseja sinceramente que esta iniciativa da OEA tenha êxito. Deseja-o por si mesmo. Deseja-o pelos povos irmãos do continente.

A escola não é mera preparadora de mão-de-obra. Imenso é o prejuízo que nossa economia sofre porque milhões de brasileiros ainda não dominam a leitura e a escrita. Mas a escolarização não deve ser vista apenas como instrumento do desenvolvimento. Nossa decisão é política,

orientada pela prioridade social, que é e continuará sendo a marca do meu Governo.

A alfabetização é indispensável para que o País possa crescer saudavelmente, reduzindo ao mesmo tempo os desequilíbrios internos e a desigualdade entre os indivíduos.

A escola ajuda a preparar o homem para o trabalho. No Brasil, dez milhões de trabalhadores são inteiramente analfabetos. Devemos reverter esse quadro, se desejamos incorporá-los plenamente aos desafios das novas tecnologias, à modernização de nossas fábricas, ao correto uso dos instrumentos que acompanham o processo de implantação da reforma agrária e da irrigação no campo.

Mas a função da escola é ainda mais ampla. Ela está voltada para a formação cultural de nossa população, para a progressiva solidificação das estruturas democráticas, no reforço da consciência, na ampliação de uma cidadania cada vez mais participante da vida política do País. E não teremos uma verdadeira democracia se não pudermos sequer assegurar a igualdade de oportunidades educacionais como condição para a construção de uma sociedade mais justa.

É por isso que a alfabetização se inclui entre as reformas sociais que a Nova República vem procurando realizar. E o direito à educação está entre direitos sociais básicos que devemos assegurar a todos os brasileiros.

É verdade proclamada que o analfabetismo se levanta como um dos maiores obstáculos à justiça social. Mas precisamente por ser uma verdade há que repeti-la sempre. Assim se acenderá a consciência de que esta é uma chaga que dói em todos nós. Em cada um de nós.

Não podendo mais suportá-la, não apenas os governantes, os educadores, os servidores públicos, mas a própria sociedade, como um todo, deve engajar-se na luta contra a marginalidade educacional e cultural. É tarefa de todos matar a terrível fome dos espíritos, que cria cidadãos de segunda classe.

Mas não é apenas o Brasil que vive e sofre com esse quadro desolador. Em situação idêntica estão muitos povos das Américas Central e do Sul, e do Caribe. O Brasil dese-

ja firmemente que a iniciativa da OEA produza resultados positivos para todos esses povos.

A cultura, a democracia, o desenvolvimento, a valorização de nossos povos é que beneficiam com a educação de todos.

A tarefa é, sem dúvida, gigantesca. Temos que mobilizar todos os recursos disponíveis do Governo e da sociedade. Devemos também melhorar a qualidade dos alfabetizadores, dar-lhes melhores estímulos e treinamento. E não deixar de lado as contribuições voluntárias, nem a possibilidade de aumento da responsabilidade dos empregadores na alfabetização de seus empregados.

A OEA, tendo à frente o embaixador Baena Soares, está fiel a sua vocação de lançar-se aos desafios sociais do continente: a segurança do hemisfério, a estabilidade política, o desenvolvimento e a democracia entre os poucos que tudo podem e os muitos que nada têm; entre os que dominam a luz dos conhecimentos e os que se perdem na treva da ignorância.

Faço votos de pleno êxito ao quinquênio da alfabetização das Américas, que agora inauguramos na cidade de Brasília.